

A Geopolítica no Ensino Médio: uma área intimamente geográfica

Álison Riceto¹

RESUMO

Este artigo, que se baseou em um resgate bibliográfico e na análise de documentos que orientam o ensino médio no Brasil, foi motivado por entender que a geopolítica no currículo do ensino médio ocupa papel de destaque na construção do senso crítico do educando e merece algumas reflexões sobre sua abordagem. A delimitação, definição e o papel da geopolítica na formação dos estudantes do ensino médio, constituem partes do presente trabalho. Compreender a organização estratégica do espaço, a localização das estruturas produtivas, das bases e artefatos militares, o investimento no desenvolvimento tecnológico para obtenção e difusão de informações estratégicas, são aspectos inerentes à geopolítica e reforçam sua base intimamente geográfica. Além da relação de poder estabelecida entre os Estados, o sistema internacional contemporâneo tem apresentado significativas mudanças em sua agenda internacional e entre seus protagonistas. Tal cenário traduz a relevância do conteúdo da geopolítica no ensino médio.

PALAVRAS-CHAVE: Geopolítica. Espaço. Geografia. Ensino Médio.

Geopolitics in Secondary Level Education: a geography-related field

ABSTRACT

It is believed that geopolitics can play a prominent role in secondary level education when it comes to thinking critically. Therefore, it is worth reflecting upon the way it is approached. The delimitation, definition, and role of geopolitics as found on the curriculum of secondary students

¹ Licenciado e Bacharel em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais, Brasil. *E-mail:* georalisson@gmail.com.

are covered in this study. This motivated this article, which was based on a bibliographic rescue and analysis of documents that guide the high school in Brazil. The ability to understand the strategic organization of space, the positioning of productive structures, basic industry and military artefacts, and the development of technologies for the obtainment and spreading of strategic information are typical features of geopolitics which indicate its geography-related importance. In addition to the power relationships between States, the contemporary international system, has shown significant changes in its international agenda and among its players. This scenario makes the geopolitics of teaching in high school even more relevant.

KEYWORDS: Geopolitics. Space. Geography. Secondary level education.

* * *

É difícil imaginar o desenvolvimento desse modelo sem guerras, até porque a lógica da economia capitalista (...) implica uma lógica de guerra permanente por conquista de mercado e, depois que o capital comercial foi associado ao capital industrial e bancário (...), não só se disputam mercados para a venda de produtos, mas, sobretudo, para se obter as fontes de matéria-prima ou controlar lugares e regiões estratégicos (...). Enfim, a questão territorial e geopolítica serão decisivas!

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Introdução

Este artigo foi motivado pelo entendimento de que a geopolítica tem função estratégica na formação do senso crítico do estudante e, por isso, merece algumas reflexões sobre sua abordagem e significância no currículo de geografia do ensino médio. O texto aqui apresentado é fruto de reflexões cotidianas, de análises bibliográficas e de documentos oficiais sobre essa área/disciplina dentro do ensino médio e sua relação com a ciência geográfica.

Inúmeros trabalhos acadêmicos dedicaram-se a delimitar a área de atuação e o(s) objeto(s) de análise(s) da geopolítica. Outros buscaram diferenciar dois ramos que em diversos momentos se confundem, geopolítica e geografia política. Nesse sentido, podemos destacar o professor Aroldo de Azevedo, que em seu trabalho “A Geografia a Serviço da Política”, entende

que a geografia política e a geopolítica possuem campos de atuação semelhantes, porém esta última sendo encarada como um ramo das Ciências Políticas e não simplesmente da Geografia (AZEVEDO, 1955).

Apesar de entendermos como importante, o objetivo desse trabalho não é retomar essa discussão, mas sim, assumindo a geopolítica como uma área também da geografia, traçar um perfil dela no currículo do ensino médio e reforçar sua importância na formação crítica do estudante.

Com base nisso, buscar-se-á ressaltar a importância de trazer para o cotidiano da sala de aula as discussões de caráter geopolítico a fim de promover a compreensão mais real das relações de força que moldam a construção do espaço vivido. Tais discussões, normalmente, ficam restritas a repartições estratégicas do Estado - como as forças armadas, serviços de inteligência, embaixadas, ministérios e secretarias. Desde o século XX, cada vez mais são desenvolvidas também dentro dos núcleos de direção de grandes corporações empresariais, e mesmo por entidades não governamentais (ONGs) - como WWF, Greenpeace, Open Society (OSI), CARE - e supranacionais como FMI, BRICS, a ONU - e suas dezenas de entidades e organismos. Poucas vezes são realizadas pelos grandes veículos abertos de comunicação, ou seja, o acesso cotidiano a essa abordagem é bastante limitado. Porém, a formação crítica de um cidadão dentro de um sistema cada vez mais global necessita de um mínimo de clareza sobre esse cenário.

Há também um esforço inicial no apontamento de uma abordagem metodológica para a aplicação da geopolítica no ensino médio. Mesmo admitindo a ampla dependência de diferentes conhecimentos das mais diversas áreas das Ciências Humanas para a análise geopolítica, em especial da História e da Filosofia, tentar-se-á mostrar como aquela está profundamente associada à ciência geográfica.

Na verdade, a organização do espaço e a apreensão de seus recursos ocorrem a partir de um complexo, profundo e nem sempre claro, jogo de forças que orchestra tal dinâmica em suas diferentes escalas espaciais e/ou

temporais. Trazer isso de modo didático para os estudantes de ensino médio é fundamental para a formação de uma consciência crítica.

A metodologia aqui utilizada circunscreve-se a reflexões sobre obras e documentos de órgãos oficiais que norteiam a estruturação e a formatação do ensino médio brasileiro. Dentre tantas obras, além da obra de Azevedo citada, também merecem destaque as de autoria de Yves Lacoste, Rogério Haesbaert, Milton Santos, José William Vesentini, Parag Khanna, Robert Kaplan e Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Entre os documentos oficiais estão a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal nº 9.394 de 1996) – LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Humanas (PCN – CH) e a Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nesses documentos, buscou-se a expectativa institucionalizada existente com relação ao papel e objetivos do ensino médio e da Geografia, e, dentro dessa, da geopolítica.

Acredita-se que além das questões aqui colocadas, outras reflexões e indagações são pertinentes ao papel da geopolítica no ensino médio. Entretanto, não há a pretensão de se esgotar nesse trabalho todas estas, mas sim, de iniciá-lo, até por admitir que isso requer mais tempo e dedicação. Assim, ao longo do texto, serão realizados esforços na tentativa de tratar basicamente de três objetivos estabelecidos: o resgate e a delimitação do que se entende por geopolítica, sua abordagem didática e os objetivos dessa área no ensino médio.

Geopolítica: definição e algumas reflexões

A geopolítica busca, com base na associação de conhecimentos diversos, a compreensão da realidade socioespacial que sirva para a articulação de estratégias e previsões, subsidiando ações futuras. Área de profunda complexidade, essa exige grande bagagem teórica, conhecimento amplo de processos, fatos e contextos históricos, além de análises diuturnas de

acontecimentos, projetos, ações isoladas e articulações dos mais diferentes atores globais, os quais se materializam em diferentes escalas temporais e espaciais.

Pode-se entender que

A geopolítica não se satisfaz com a mera descrição física “fotografando” apenas esses acidentes geográficos. Ela preocupa-se com os “movimentos” desses elementos, e com a sua aplicação na formulação de uma política que visa a fins estratégicos. Adquire, dessa forma, um caráter essencialmente dinâmico (...). (MIYAMOTO, 1995, p. 24-25)

A complexidade dessa área das Ciências Humanas pode ser notada ao se observar a formação e a atuação profissional daquele a quem se atribui a origem da palavra geopolítica, Rudolf Johan Kjéllen (1864-1922). Sueco, Kjéllen, que muito se baseou nos estudos de Friedrich Ratzel (1844-1904), que era cientista político, formado em Direito, também atuou como professor de Ciência Política, História e Geografia nas Universidades de Uppsala e de Gotemburgo, além de ter se destacado no campo político em seu país de origem (FERNANDES, 2003, p. 2; e VESENTINI, 2000, p. 16).

De maneira objetiva, a análise geopolítica se sustenta basicamente na capacidade de compreender as causas e/ou motivações de uma dada articulação, e ainda projetar em diferentes cenários os desdobramentos dessa. Compreender a relação entre o interesse e aquilo que o desperta no interessado, e enxergar as estratégias e as ações que foram – ou que podem ser – pensadas e/ou executadas para alcançar o objeto de cobiça, sendo que este pode assumir diferentes formas, portes e funções e, ainda muitas vezes, ser obscuro e/ou estar camuflado aos olhos da maioria.

Além disso, a geopolítica se materializa a partir das relações de poder entre os mais diferentes agentes da sociedade internacional, dos acordos

firmados e das articulações elaboradas pelos atores que direcionam o sistema socioeconômico vigente.

Ainda assim, apesar da aproximação visceral com várias ciências, e da complexidade apresentada por essa área, pensar geopoliticamente é realizar uma análise geográfica. Esse exercício envolve diretamente o espaço geográfico e as relações de poder que sobre ele e/ou por ele se estabelecem. Na definição clássica de Kjéllen (apud VESENTINI, 2000, p. 15), geopolítica é “a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico”. Ou seja, a organização estratégica da estrutura que representa a sociedade, suas articulações e interações com o espaço.

Entretanto, levando em conta o dinamismo destacado por Miyamoto na citação acima, na contemporaneidade não se pode limitar o papel de agente geopolítico aos Estados. Se na definição clássica da geopolítica, a qual nos remete ao início do século XX, o Estado aparece como o protagonista dessa área do conhecimento, é fato que desde meados daquele mesmo século, mas em especial, desde a transição para o século atual, as grandes corporações transnacionais, grupos e instituições não governamentais e entidades supranacionais, muito dependem, executam e desfrutam dessa leitura estratégica do espaço. Ou seja, dividem com os Estados o protagonismo da geopolítica internacional. Esse cenário vem ganhando força ao longo das últimas décadas, por conta do ganho de relevância do poder econômico e tecnológico dessas entidades, as quais têm se firmado como importantes entes internacionais.

Constatada essa mudança, fuge-se da clássica visão de que a geopolítica é praticada necessariamente pelas relações entre Estados e seus governantes ou representantes. As ações geopolíticas passam agora a envolver cada vez mais outras estruturas da sociedade e, claro, seus componentes, transbordando assim para outros setores e grupos que agora podem atuar (decisivamente) no campo geopolítico.

Segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 52-53), essa nova configuração de poder, que em parte é fruto da perda da significância

econômica do Estado - fato que ganhou força com o crescimento das ideias neoliberais a partir das décadas de 1970/80 –, e com isso, de sua menor capacidade de determinar os rumos da apropriação do espaço e das configurações do sistema internacional, ameaça até mesmo o tradicional sistema de Estados, campo primordial de construção do quadro diplomático e geopolítico internacional estruturado entre os séculos XVII e XX. A ideia de minimização da relevância do Estado frente a outros atores internacionais também é discutida na obra de Khanna, 2011.

Nesse sentido, merecem destaque as estratégias traçadas e as ações executadas como instrumentos de defesa dos interesses do grande capital, que, normalmente representados pelos grandes grupos empresariais/financeiros, se informam e se articulam com o intuito de controlar espaços, conhecimentos e informações. Áreas com localizações privilegiadas, favoráveis a rotas de transportes e detentoras de reservas de recursos naturais estratégicos, potenciais mercados consumidores e legislações frágeis que permitam redução de custos produtivos, dados estratégicos sobre onde e quando investir, desenvolvimento tecnológico nos mais diferentes segmentos, entre outros, estão entre os alvos de cobiça² desses novos atores/entes dentro da nova ordem mundial.

Tal fato reforça a ideia de que a análise geopolítica é intimamente associada a uma abordagem cotidianamente geográfica, uma vez que torna latente sua relação com o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico. Na concepção de Yves Lacoste, o caráter complexo e estratégico da geografia ganha destaque:

A geografia é de início, um saber estratégico estritamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tão práticas que

² Dentre os exemplos mais recentes dessas ações que visam defender interesses particulares no cenário global, tem-se o escândalo da espionagem executada pelo governo dos EUA, através de sua Agência Nacional de Segurança (NSA) e reveladas pelo ex-funcionário dessa organização Edward Snowden, sobre dados sigilosos de vários países, dirigentes e empresas estratégicas dos mesmos, dentre os quais estão o Brasil, Alemanha e outros países considerados aliados estadunidenses.

exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas, heteróclitas à primeira vista, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do Saber pelo Saber. São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária ao Chefe Supremo, àqueles que são os donos dos aparelhos do Estado. Trata-se de uma ciência? Pouco importa, em última análise: a questão não é essencial, desde que se tome consciência de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, que é a geografia, é um saber estratégico, um poder. (LACOSTE, 2009, p. 23)

Apesar do tempo decorrido desde a primeira publicação do trabalho citado do professor Yves Lacoste, datado da década de 1980, esse caráter estratégico da articulação do espaço geográfico e sua íntima relação com a geopolítica pode ser percebido atualmente.

Na atual configuração de poder global, a importância da organização estratégica do espaço ainda pode ser vista em vários segmentos. Exemplo disso é que, mesmo em um mundo caminhando cada vez mais para uma ordem de poder multipolar, a superioridade militar dos EUA, em parte, hoje ainda é mantida pela liberdade conquistada em décadas anteriores, em especial durante a Guerra Fria, por esse país para a instalação de bases militares em locais estratégicos (KAPLAN, 2013, p. 31). Essas bases e estruturas militares são diretamente estadunidenses ou de tradicionais aliados.

Outro exemplo é o grande valor atribuído às informações sobre as características do espaço pelas corporações empresariais. Sejam tais informações sobre aspectos físicos – como a localização de reservas de recursos naturais - e/ou socioeconômicos – como o perfil demográfico, os arranjos espaciais de produção. Dessa forma,

(...) a geopolítica, surgida no início do século XX, tem como preocupação fundamental a questão da correlação de forças –

antes vista como militar, mas hoje como econômico-tecnológico, cultural e social – no âmbito territorial, com ênfase no espaço mundial. (VESENTINI, 2000, p. 10).

Vale ressaltar que tais informações se tornam ainda mais acessíveis e eficazes quando trabalhadas a partir das novas tecnologias cartográficas. Esse conjunto de técnicas que permite a representação do espaço real em pedaços relativamente pequenos de papel, e mais comumente hoje, nas telas de aparelhos eletrônicos, de forma específica e direcionada, desempenha uma função crucial na leitura do espaço e na tomada de decisões estratégicas. Afinal “a confecção de uma carta implica um certo domínio (...) do espaço representado, e é um instrumento de poder sobre esse espaço e as pessoas que ali vivem” (LACOSTE, 2009, p. 23).

Muitos dos organismos citados dispõem de grande quantidade de informações espacialmente referenciadas, representadas em mapas e cartas, obtidas por sistemas ultramodernos e excludentemente caros de sensoriamento remoto, formando verdadeiros Sistemas de Informações Geográficas (SIG)³. A variedade e a quantidade de informações, assim como suas escalas de abordagem, muitas vezes são sigilosas e têm uma só função, permitir uma leitura estratégica de um recorte territorial. Se até pouco tempo os Estados eram os maiores detentores de tais acervos, hoje se sabe que grandes corporações empresariais dependem dessas informações para a definição de suas estratégias de mercado, na organização de suas cadeias produtivas e de comercialização e, por isso, também investem nesse segmento.

Nesse sentido, o levantamento e o tratamento de informações, bem como sua transferência para a representação em cartas, não pode ser

³ Basta observar a quem pertencem os grandes sistemas de coleta e processamento de informações espacialmente referenciadas, baseados nas mais sofisticadas tecnologias de sensoriamento remoto. Sistemas de localização como o GPS, o GLONASS, o GALILEO e os grandes programas espaciais estão sob o controle de países decisivos no cenário internacional e de grandes corporações empresariais, que são geradoras e/ou detentoras de grandes inovações tecnológicas no campo da comunicação e de geoprocessamento.

tratado como algo singelo, inócuo e/ou inocente. Ao contrário, essas complexas ações se baseiam na busca por instrumentos que fomentem a elaboração de estratégias de leitura, compreensão e (principalmente) controle do espaço, e claro, das estruturas físicas (naturais e/ou artificiais) e sociais que o compõem (LACOSTE, 2009, p. 23).

Tradicionalmente a soberania dos Estados se aplica à existência de limites territoriais tridimensionais e à sua autonomia de atuação dentro de tais fronteiras. No entanto, a difusão do poder econômico e principalmente tecnológico permite a articulação de outros atores sobre esse mesmo espaço, ignorando muitas vezes tais limites territoriais dos Estados e sua legitimidade como ordenador da referida área. Essa situação, somada à crescente incapacidade do Estado em reger plenamente a construção dos espaços que estão sob sua alçada, contribuem cada vez mais para o questionamento do papel dessa estrutura burocrática e de seus representantes (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 41).

Dessa forma, estaríamos diante de grande mudança na composição desse grande “tabuleiro de xadrez” da geopolítica mundial, no qual novos e imponentes jogadores passam a traçar suas estratégias e a, definitivamente, dividir com os Estados e seus representantes o controle do espaço e da busca de seus interesses.

Outra área fundamental nas análises geopolíticas são os conhecimentos históricos, necessários para subsidiar análises e comparações. Na verdade, em alguns momentos, em especial no ensino médio, há até confusão quanto à disciplina que deve ministrar as aulas de geopolítica, se a Geografia ou a História. Fato é que em muitos momentos, ambas fazem isso, e uma leitura geopolítica depende de uma íntima relação entre as mesmas, assim como com outras ciências e áreas do conhecimento, dentre as quais estão o Direito e a Política internacionais, a Sociologia e a Filosofia.

Nesse sentido, Khanna fornece uma definição que ajuda a elucidar possíveis incertezas e confusões. Essa nos permite compreender a

complexidade apresentada pela geopolítica e, ao mesmo tempo, deixa clara a interação entre as diferentes áreas do conhecimento na sua composição:

Ao contrário da história, a geopolítica é uma disciplina que olha para trás com a finalidade explícita de enxergar à frente. Se as relações internacionais são a meteorologia da atualidade, a geopolítica é a climatologia, a ciência profunda da evolução do mundo; a geopolítica não pode ser posta em dia simplesmente clicando-se em atualizar no buscador da internet. (KHANNA, 2008, p. 22)

Ou seja, a análise geopolítica pode partir da conjuntura diplomática e socioeconômica do sistema internacional, mas necessita compreender a evolução histórica dos processos para que assim possa projetar eventuais caminhos e/ou mudanças à frente. Talvez essa seja a área que mais aproxima essas duas ciências tomadas por muitos como irmãs. No entanto, partindo-se do princípio de que a análise geopolítica busca compreender e explicar os acordos e as articulações de poder que acabam materializando as estruturas e os arranjos dos mais diferentes espaços, e que é sobre essa base espacial que os diferentes interesses recaem e se chocam, mais uma vez é latente a integração dessa área com os conhecimentos geográficos.

Além disso, ainda é necessário entender que informações estratégicas, derivadas do levantamento e tratamento de dados detalhados sobre aspectos físicos e socioeconômicos de uma referida área, da confecção e análise de cartas e mapas, ou mesmo as descrições estereotipadas, da criação de mitos, da difusão de informações incompletas, ou sua total ocultação, assim como de fatos e estratégias, são alguns dos exemplos de ações inerentes ao jogo de poder presente no contexto geopolítico, e que dão base à materialização, através desse, do espaço geográfico. É esse jogo que, em grande escala, define os rumos da sociedade global.

Considerando Santos (1988, p. 87-88), entende-se que não há ação humana que não se dê sobre o espaço, seja ele natural ou já alterado, e conseqüentemente essa ação tende a modificá-lo. Também não se pode negar que a transformação do espaço, fruto dessa ação, a partir de implantação de novas estruturas e objetos, espelha intencionalidade. Não há construção do espaço geográfico sem levarmos em conta a ação do homem, que busca adequar o meio aos seus interesses e supostas necessidades, e dentro desse cenário composto cada vez mais diverso de atores internacionais o conflito de interesses tem se tornado maior, aumentando a tensão no cenário internacional.

É evidente que as ações citadas acima e a conseqüente construção do espaço geográfico não ficam necessariamente restritas às mãos daqueles que controlam os meios de leitura e articulação do sistema, como a máquina do Estado ou os grandes grupos empresariais e demais organizações. Entretanto, são esses que possuem a maior capacidade de rearranjarem, ainda que sutilmente, mas de forma profundamente significativa e com grande escala de abrangência, o espaço e as estruturas que o compõe, objetivando garantir seus interesses. Com isso, acabam conduzindo os demais atores (coadjuvantes). Isso é possível justamente por terem acesso a instrumentos (dos quais se destacam o capital, a tecnologia, a grande mídia e a máquina do Estado) e a informações estratégicas espacialmente.

É curioso observar que esse domínio aparece camuflado, difícil de ser percebido pela maior parte da sociedade, a qual em seu cotidiano não é municiada de conhecimentos suficientes para a realização dessa leitura. As formas de organização e apropriação do espaço parecem ser algo já estabelecido, sem necessariamente terem sido meticulosamente orquestrados ao longo do tempo. A esmagadora maioria componente da sociedade não se dá conta de que forças profundas criam um cenário previamente limitado, onde ocorrerá sua (sobre)vivência. De fato

as condições para a manutenção de um sistema de dominação como o atual derivam não somente da concentração de meios que permitem organizar a modo a reprodução coletiva, mas sobretudo, da convicção de que esses meios são alheios e sustentam um poder inapelável, além da conseqüente naturalização do modo de organização social. (CECEÑA, 2005, p. 08)

Na verdade, é preciso admitir que no campo das ações geopolíticas “nada” ocorre por acaso. É evidente que a análise e as ações geopolíticas, baseadas nos interesses e estratégias que as norteiam, têm como objetivo a conquista, ampliação e/ou minimamente a manutenção do poder por parte daqueles que as realizam. Poder esse que em muito depende do conhecimento das características e do controle sobre um dado território, ou de parcelas territoriais distintas, mas que se complementam e permitem a articulação de complexas redes (re)produtivas.

Como exemplo desse jogo de interesses, pode ser tomada a necessidade do Estado, em suas diferentes escalas, de compreender as características físicas e socioeconômicas do meio para executar suas obras e projetos. Outro exemplo é a busca das grandes corporações transnacionais pela pulverização dos processos produtivos, que reduz custos, maximiza lucros, e torna cada vez mais interdependente as economias e os diferentes países do mundo, e que hoje inegavelmente orienta a produção do espaço geográfico. Esse mesmo processo acaba aprofundando a importância na definição espacial das rotas por onde passam (ou passarão) as estruturas que transportam combustíveis e matérias primas, o que determina onde serão construídas rodovias, ferrovias, portos marítimos e bases aéreas, unidades militares, por onde passarão os cabos de fibra óptica e a localização dos centros de desenvolvimento tecnológico, dentre outros. Ou seja, quando, como, e principalmente onde, se dará a instalação das estruturas (visíveis ou camufladas) que permitiram e permitem a mundialização do capital.

Com base no exposto até aqui, ainda que admitindo o caráter interdisciplinar e/ou multidisciplinar da geopolítica, como então desvincular tais estratégias, inerentes ao cotidiano, do espaço vivido? Como então pensar a geopolítica sem pensar o espaço geográfico e, por consequência, a Geografia? Partindo-se desse contexto, impossível. Como já mencionado, é fato que nas análises geopolíticas existe a necessidade do envolvimento de outros campos científicos, o que também é necessário à própria geografia, porém, não há como negar a profunda relação entre aquelas e a Ciência Geográfica.

Depois do exposto, é instigante a elaboração de uma definição para geopolítica. Não que definições não existam, ou mesmo que essa que será apresentada nas próximas linhas tenha a intenção e/ou a audácia de se sobrepor a qualquer outra, citada aqui ou não, ou mesmo de complementá-las. Definitivamente não. O esforço intelectual aqui empregado numa definição é apenas uma forma de encaminhamento, de dar a essa parte do trabalho maior objetividade. Dessa maneira, pode-se entender que a geopolítica é a área das Ciências Humanas que, valendo-se de conhecimentos amplos e variados, mas que com grande dependência dos conhecimentos geográficos, busca compreender as relações de poder entre os diversos atores do sistema internacional e as articulações desses na implantação e/ou manutenção de seus interesses, tomando como referências a (re)construção do espaço geográfico em suas diferentes escalas.

Tendo essa compreensão em mente, como abordar essa área no ensino médio? O que os documentos oficiais norteadores de tal nível de ensino trazem? Como colocar em sala teorias e análises que por vezes parecem transcender a escala de maturidade e compreensão dos estudantes? Como lidar com a necessidade de contrariar ideias já existentes? Essas são algumas das questões que instigam e nortearão as próximas reflexões.

A geopolítica no ensino médio e os documentos de referência

Admitindo-se que o ensino médio tem, entre outras, a finalidade de buscar “a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (LDB, art. 35), e admitindo-se a definição anteriormente atribuída à Geopolítica, fica claro que essa tem um papel de destaque nesse nível de educação, apresentando-se como um instrumento para a formação desse perfil de estudante.

Na mesma linha, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), colocam dentre os objetivos da área das Ciências Humanas, o desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem ao estudante a capacidade de compreender

b) a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nelas intervêm, como produtos da ação humana; (...) e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.

d) a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos. (Brasil, DCNEM, p. 6)

Apesar de não se referir diretamente a Geografia ou a Geopolítica, tais objetivos também estão associados ao ensino dessas, pois as mesmas devem permitir ao aluno a mínima noção dos movimentos e articulações inerentes ao desenvolvimento e à manutenção do sistema socioeconômico vigente, das relações de poder e do jogo de interesses que moldam as relações políticas em diferentes escalas espaciais, as quais (re)produzem os espaços.

Na verdade, o ensino de geopolítica coloca o professor diante de grande responsabilidade, a de fornecer ao aluno a possibilidade do desenvolvimento de competências que propiciem a ele, mesmo que de

maneira inicial, a capacidade de realizar uma leitura crítica de fatos e de processos em uma escala que vai além de sua imediata vizinhança.

Tomando como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio de Ciências Humanas, a Geografia é uma das ciências componentes da grade curricular padrão, que tem parte da função descrita acima, pois, deve proporcionar ao aluno, entre outras, a capacidade de

orientar o seu olhar para os fenômenos ligados ao espaço, reconhecendo-os não apenas a partir da dicotomia sociedade-natureza, mas tomando-os como produto das relações que orientam seu cotidiano, definem seu “locus espacial” e o interligam a outros conjuntos espaciais (Brasil, PCN – CH, p. 31).

Não há nos documentos até aqui analisados uma referência direta à geopolítica enquanto disciplina ou área, mas percebe-se a aproximação das funções da geografia acima citadas com a caracterização teórica e a definição a qual anteriormente chegamos para a área de geopolítica.

Ao fazer referência ao espaço “como produto das relações que orientam o cotidiano”, se deve entender como uma relação de forças, um jogo de interesses dos grandes atores do sistema internacional. Dessa forma, reforça-se não só a importância da Geografia no currículo, mas também sua responsabilidade sobre a área da geopolítica.

Inegável, a partir desse ponto de vista, o papel estratégico desempenhado pelo ensino da geopolítica na educação básica. Permitir aos alunos a possibilidade de chegar à vida adulta e ao ensino superior com uma mínima capacidade de compreender a lógica das ações que constroem e reconstroem as estruturas e a dinâmica dos espaços em que eles se inserem é algo imprescindível para a formação crítica do cidadão.

O pensamento crítico pode ser entendido como aquele que “não se submete a poderes de Estado ou a injunções para cerrar fileiras com os que

marcham contra este ou aquele inimigo sacramentado” (SAID, 2007, p. 25). Entende-se assim, que tal formação deve buscar maior liberdade e autonomia em suas proposições, não se restringindo ou se contentando com aquilo que é posto por aqueles que, a princípio, possuem grande gama de informações e podem, com base em seus interesses, direcioná-las.

Ainda, concordando com Giroto & Santos (2011, p. 145), acredita-se que a geopolítica deve ser valorizada e tomada como uma das frentes mais importantes da Geografia dentro do ensino médio. Apesar do atual perfil globalizado da sociedade contemporânea, não se deve esquecer que o global é formado por recortes espaciais menores, e que grande parte das ações estratégicas se manifesta em escala local, ainda que apenas como consequência. É nesse nível de análise que a compreensão dessas articulações talvez se torne mais palpável para o estudante.

Outro documento de grande relevância e que nos últimos anos passou também a nortear a estruturação do ensino médio brasileiro é a Matriz de Referência do ENEM. Nesse estão contidos os eixos cognitivos, as competências e as habilidades que dão base à formulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Entre os eixos cognitivos que são abordados pelo referido documento, os quais são comuns a todas as áreas, é citada a capacidade do estudante de compreender processos histórico-geográficos (Brasil, Matriz de Referência do ENEM, p. 1). Ou seja, sua capacidade de avaliar cronologicamente e espacialmente as alterações vividas pela sociedade, e claro suas motivações e desdobramentos. Para tal, a análise geopolítica certamente pode ser utilizada.

Na área de Ciências Humanas da Matriz de Referência do ENEM, novamente os aspectos inerentes à geopolítica ganham destaque. Na Competência de Área 2 é posto como perspectiva avaliativa a capacidade do aluno de “compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder”. Dentro dessa competência, três habilidades que são esperadas chamam a atenção:

- Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial. (Brasil, Matriz de Referência do ENEM, p. 11)

Tais habilidades reforçam a importância do desenvolvimento da capacidade de executar uma leitura crítica e ao mesmo tempo ampla e estratégica do espaço, e assim, novamente leva à reflexão sobre o papel da geopolítica na formação do estudante do ensino médio.

Outro documento que ainda não é tomado oficialmente como uma referência, pois ainda está em construção, mas que pela sua abrangência e pelos seus objetivos merece nossa atenção é a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Esse documento teve sua segunda versão preliminar publicada em abril de 2016 e tem sido elaborado com a participação de uma grande gama de profissionais, pesquisadores, professores e instituições, e servirá para homogeneizar a estrutura da educação básica no país, indicando o conjunto essencial de habilidades e conhecimentos que todo aluno de desenvolver. A ideia é que essa base funcione como uma estrutura comum para os currículos e seja a referência na elaboração de exames de seleção para o ensino superior, buscando assim, em certa medida, uma maior igualdade de oportunidades.

De acordo com a BNCC, dentre os objetivos de aprendizagem do ensino de Geografia está a compreensão: do Estado como uma organização sociopolítica e a organização do território a partir desse; do sistema capitalista como a ordem socioeconômica global que induz a organização dos

territórios e o uso/apropriação dos espaços; de como as forças hegemônicas da sociedade capitalista buscam a partir do uso de diferentes formas de linguagens a uniformização do comportamento, das formas de ver e entender o mundo, como fins de manutenção do status quo (BNCC, 2016, p. 160 – 162).

Na verdade, na atual fase do sistema socioeconômico vigente, onde o Estado, seus líderes (em maior ou menor escala) e as estruturas que o constituem - com destaque para a sociedade e o povo que o representa - estão subjulgados aos interesses econômicos e estratégicos de grandes corporações empresariais, é cada vez mais difícil e ao mesmo tempo imprescindível, que se busque a ampliação de uma leitura mais panorâmica e crítica sobre os fatos que marcam o cotidiano.

Além disso, a compreensão dos acontecimentos que marcam a organização humana sobre o espaço na contemporaneidade, requer a busca de causas históricas, mas também toma como referência informações e notícias divulgadas pelos mais diferentes meios de comunicação. Esses, por sua vez, despejam informações em volumes cada vez maiores, sobre os mais diferentes processos e regiões, através das mais diferentes mídias, sobre um número cada vez maior de pessoas, muitas vezes de modo perigosamente resumido e recortado.

A modernização e a pulverização dos meios de comunicação tornam as ações geopolíticas e seus desdobramentos realmente globais. Permite que movimentos e processos antes circunscritos a determinadas áreas ganhem maior abrangência espacial e social, o que os tornam mais complexos, mas também aumenta as chances de distorções e compreensões indevidas ou mesmo direcionadas. Um exemplo claro é o atual quadro de “Guerra ao Terror”, que vivenciado desde o início desse século, tem ganhado novas roupagens com o fortalecimento de grupos fundamentalistas e com a indevida generalização de um perfil radical associado aos povos islâmicos⁴.

⁴ Referente ao quadro recente de fortalecimento do Estado Islâmico e a ações islamofóbicas registradas em diversos países em função disso.

Esse cenário torna a realização de análises geopolíticas e principalmente o ensino da geopolítica um campo dinâmico, complexo e, ao mesmo tempo, sujeito a lidar com apresentações, compreensões e análises tendenciosas, maniqueístas. Lidar com essas questões em sala de aula é um desafio constante.

Além disso, a BNCC traz uma estruturação das habilidades e competências que a Geografia deve proporcionar ao aluno do ensino médio. Dentre essas, na Unidade Curricular 5, são listadas a capacidade de

- Analisar as relações geopolíticas e econômicas mundiais, entendendo o papel dos Estados nação, das instituições supranacionais e das organizações de diferentes naturezas e finalidades nessas relações.
- Examinar conflitos e tensões territoriais nacionais e internacionais na contemporaneidade, identificando suas causas e consequências. (BNCC, 2016, p. 640)

Assim, diferente dos outros documentos até então mencionados, a BNCC traz uma referência direta à abordagem geopolítica e reforça o caráter estratégico dessa na formação de um estudante mais crítico, capaz de compreender a lógica existente na dinâmica socioeconômica e espacial.

Esses pontos reforçam a ideia de que na abordagem em sala é também fundamental ter em mente que o jogo de poder e as suas implicações geopolíticas têm se tornado cada vez mais complexos, em especial desde a última década do século passado. A diplomacia, tomada de maneira clássica como a relação entre os Estados e/ou seus representantes, sofreu profunda transformação (KHANNA, 2011, p. 14). Novos centros de decisão e influência têm emergido em todo o mundo e não se tratam apenas de Estados - que galgaram maiores índices de crescimento econômico, social e/ou tecnológico - mas de grupos empresariais, ONGs e figuras influentes.

Conclusão

Não há como negar, a geopolítica é um campo interdisciplinar. Talvez a área das Ciências Humanas que melhor direciona para essa abordagem, tão almejada nos últimos tempos dentro da educação nacional.

O esforço aqui empregado na aproximação entre as análises geopolíticas e a Geografia não deve ser tomada como uma minimização da relevância de outros conhecimentos e ciências para a formulação das mesmas, mas sim como uma forma de entendimento desse campo tão amplo, complexo e, às vezes, ainda obscuro, do qual nos propomos a tratar nesse trabalho.

Entende-se que não há como jogar uma partida de xadrez sem um tabuleiro. A lógica do jogo e as estratégias só podem ser pensadas a partir do posicionamento das peças sobre aquele. Isso reforça a crença de que a geopolítica é uma área intimamente geográfica. Não há disputa de poder pelo espaço que ocorra a visualização e leitura das suas variáveis físicas e socioeconômicas, e para isso é imprescindível a leitura geográfica. Afinal “a geografia não discute, simplesmente é” (SPYKMAN, 1942, apud KAPLAN, 2013, p. 31).

Fato é que a “alfabetização geopolítica” é imprescindível para a formação de jovens mais críticos e capazes de compreender melhor o sistema que os envolve e suas manifestações no espaço cotidiano. Formação essa destacada pelos documentos norteadores da estruturação do ensino médio brasileiro como um dos seus objetivos.

Ao retomarmos os documentos e as citações aqui citados, de forma mais explícita ou tácita, todos eles apontam para a formação crítica do estudante. Uma formação que proporcione ao aluno a capacidade de compreender a lógica da construção do espaço e da sociedade que o rodeia, do jogo de forças que move tal dinâmica.

O ensino de geopolítica não se resume a fornecer informações e expor cenários de conflitos e/ou tensões entre Estados. Diante dessa nova

estrutura do cenário internacional, trata-se de instrumentalizar os estudantes da capacidade de ler e de interpretar criticamente os fatos associados ao seu cotidiano.

Municar os cidadãos com a capacidade de compreender a lógica posta sobre a articulação do espaço é permitir-lhes terem maior possibilidade de sair da condição de meros coadjuvantes. Ter a possibilidade de avaliar a conjuntura posta, essa que é fruto de uma estrutura de poder já estabelecida, e com isso posicionar-se de maneira um pouco mais autônoma. Ou seja, permitir que o estudante, ao longo de sua formação, adquira e desenvolva a capacidade de questionar a “verdade (im)posta” pelos meios formadores de opinião, de correlacionar fatos, de fugir de uma leitura fragmentada ou mesmo limitada da realidade que o cerca.

Assim, outro aspecto que fica claro nos documentos aqui analisados, é que o objetivo do ensino básico, e mais especificamente do ensino médio, não se restringe à preparação para exames de ingresso no ensino superior, onde seu senso crítico teoricamente seria então desenvolvido. A base, que certamente será aprofundada ao longo do amadurecimento intelectual do estudante, deve ser construída ainda nesse nível de ensino.

Referências

AZEVEDO, A. de. A geografia a serviço da política. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 21, pág. 42-68, outubro de 1955.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Matriz de Referência do ENEM*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf. Acesso em: 12. Set. 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Médio – Ciências Humanas*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859. Acesso em: 19 dez. 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 6. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_6ed.pdf?sequence=7>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). *Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/res0398.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Base Nacional Curricular Comum – BNCC. 2ª versão revista (proposta preliminar)*, abril 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso: 10 set. 2016.

CECEÑA, E. A. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In: CECEÑA, E. A. (Org.). *Hegemonia e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

FERNANDES, J. P. T. A geopolítica clássica revisitada. *Nação e Defesa*, n° 105, pág. 222 - 244, 2003. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1321&cod=106#sthash.p1EMwrbb.dpbs.>> Acesso: 10 ago. 2014.

GIROTTI, E. D.; SANTOS, D. A. A geopolítica e o ensino de geografia: estratégias didáticas para a retomada do diálogo. *Geografia, ensino & pesquisa*, v. 15, n° 3, pág. 139 - 153, 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/geografia/article/download/7351/4390>>. Acesso: 25 set. 2013.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 2006.

KAPLAN, R. D. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

KHANNA, P. *Como governar o mundo: um roteiro para o próximo renascimento*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

_____. *O segundo mundo: impérios e influência na nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 15ª ed. Campinas: Papyrus, 2009.

MARTINS, R. F. Geopolítica e Geoestratégia: para que são e para que servem? *Nação e Defesa*, n.º 76, pág. 22 - 78, 1996. Disponível em: <http://comun.rcaap.pt/bitstream/123456789/1585/1/NeD78_RaulFrancoisMartins.pdf>. Acesso: 06 jul. 2014.

MIYAMOTO, S. *Geopolítica e poder no Brasil*. São Paulo: Ed. Papyrus, 1995.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

VESENTINI, J. W. *Novas Geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2000.

Recebido em agosto de 2016.

Aprovado em novembro de 2016.